

**Comércio exterior** País entra nas negociações bilaterais da OMC interessado nas áreas audiovisual e de construção

# Brasil tenta abrir setor de serviços

Daniel Rittner

De Brasília

Uma das negociações mais complicadas e abrangentes da Organização Mundial do Comércio entra hoje em nova fase com lances que afetam diretamente os interesses do Brasil. O país terá reuniões bilaterais, em Genebra, para discutir com boa parte do mundo desenvolvido a eliminação das barreiras no comércio de serviços.

É um setor que já representa mais de 50% da economia brasileira, mas com baixíssima inserção internacional. No mundo, ele movimenta exportações de US\$ 1,5 trilhão por ano. Mas a participação do Brasil nesse mercado é menor do que 1% e o país acumula forte déficit com seus parceiros. No ano passado, gastou US\$ 17,1 bilhões com serviços e exportou apenas US\$ 9,3 bilhões.

De filmes nacionais e novelas globais à construção de grandes obras de infra-estrutura tocadas por empreiteiras como Odebrecht e Andrade Gutierrez, o Brasil começa a explorar esse mercado.

Só em serviços de engenharia, o país negocia atualmente contratos estimados em US\$ 2 bilhões, segundo a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). Mas costuma se deparar com barreiras. Na França, por exemplo, os filmes estrangeiros ficam restritos a salas e horários menos nobres. Para as empreiteiras, a necessidade de se associar a construtoras locais muitas vezes reduz o interesse pelas obras.

A primeira série de encontros bi-

laterais na rodada de negociações multilaterais da OMC começa hoje e dura até 1º de novembro. Na fase inicial das discussões, encerrada em junho, o Brasil apresentou pedidos de abertura para serviços a 18 países e recebeu demandas de 16 nações ou blocos econômicos.

Esse momento ainda não é o do grosso na barganha do comércio internacional. Mas é a partir de hoje que os negociadores vão discutir, cara a cara, seus pedidos de liberalização para os serviços. A oportunidade é vista como fundamental.

"As reuniões servem para identificar o verdadeiro interesse dos países nos pedidos de abertura para o setor", explica o coordenador-nacional adjunto do comércio de serviços do Itamaraty, Felipe Hees. "Isso vai ser importante para que os países possam calibrar suas ofertas", acrescenta.

Os membros da OMC devem apresentar até o fim de março as suas ofertas iniciais nas negociações de serviços. Ou seja, dizer em que medida estão dispostos a atender as solicitações feitas pelos outros países. É aí que se intensifica o processo do toma-lá-dá-cá. "O trem está começando a andar", afirma Felipe Hees.

O Brasil fez pedidos de liberalização total para o setor de serviços ao chamado quadrilátero da OMC — o grupo de países mais ricos, composto por Estados Unidos, União Europeia, Japão e Canadá. É uma postura preventiva. "Ainda não somos grandes exportadores nessa área, mas podemos vir a ser nos próximos anos e essa rodada de negociações vai deixar consequências por muito tempo."

Uma posição um pouco menos agressiva foi adotada nos pedidos a um grupo intermediário de países: Austrália, China, Índia, México e Coreia. Nesse caso, o Itamaraty quer derubar as barreiras para as exportações de serviços audiovisuais, de distribuição de alimentos, turismo, exploração de petróleo, softwares usados no sistema financeiro, serviços de engenharia e telecomunicações.

Para um conjunto mais amplo de países — Colômbia, Venezuela, Peru, Equador, Chile, Bolívia, Nova Zelândia, Suíça e Noruega —, os pedidos foram mais específicos. Abrangem principalmente o segmento de serviços de engenharia e distribuição de energia elétrica, com interesse especial no mercado sul-americano.

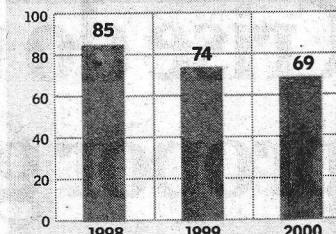
A postura agressiva do Itamaraty nas conversas sobre serviços rompe com uma rotineira, mas equivocada análise da atuação brasileira nas negociações comerciais. Criou-se uma impressão generalizada de que o país abrirá seu mercado de serviços na medida em que obtiver concessões dos países ricos na parte de subsídios à agricultura.

Hoje essa realidade não é assim. "O Brasil não pensa em trocar agricultura por isso ou aquilo", afirma Felipe Hees. "Está claro que haverá um 'single undertaking' na rodada, mas as negociações de serviços têm para nós uma lógica interna própria."

Nessas negociações, o país terá que responder à demanda de 16 países ou blocos que pediram a abertura do setor. Estados Unidos, UE, Japão e Canadá fizeram pedidos maximalistas, abrangendo praticamente

Participação dos serviços no investimento direto estrangeiro no Brasil

## Participação em % do total\*



## O setor de serviços representa...

... 80%  
do PIB nos países desenvolvidos

... 60%  
do PIB brasileiro

... 23%  
do comércio internacional

## O que está em jogo no setor de serviços

### Interesses do Brasil

- Prestar serviços de informática, principalmente em automação bancária, com exportação de softwares
- Eliminar restrições para a atuação de empreiteiras nacionais em obras no exterior
- Abrir as portas para produções audiovisuais, como filmes e novelas, hoje sujeitas a limitações em muitos países
- Acabar com possíveis restrições para a exploração de petróleo e para a distribuição de energia elétrica

### Interesses dos países ricos no Brasil

- Regulamentar o setor financeiro, pois o presidente ainda pode barrar a entrada de novos bancos no país e o BC limitar o número de agências das instituições financeiras
- Estabelecer garantias para investimentos em distribuição de energia elétrica e na área de saneamento (água e esgoto), em que faltam marcos regulatórios

Fonte: Itamaraty e MDIC. \*Fluxo.

■ Buscar permissão para que os exportadores brasileiros possam distribuir seus produtos diretamente no atacado e no varejo dos mercados de destino, dispensando a figura das tradings e as parcerias com distribuidores estrangeiros

■ Garantir a entrada de escritórios estatais de representação turística, como a Embratur, em mercados como os EUA, que hoje proíbem esse tipo de presença

■ Eliminar duas restrições definidas na Lei Geral de Telecomunicações: obrigatoriedade de que joint-ventures entre empresas de telefonia nacional e estrangeira tenham sede no Brasil e prerrogativa do presidente da República de vetar a instalação de novas companhias

todos os segmentos. O maior interesse do mundo desenvolvido é na liberalização total dos serviços financeiros e de telecomunicações.

A falta de regulamentação para o artigo 192 da Constituição impediu que o Brasil assumisse alguns compromissos na OMC sobre o acesso a bancos estrangeiros. Ainda existem limitações, por exemplo, para a abertura de agências. Na área de telecomunicações também existem pontos de preocupação para os investidores.

Um deles é o artigo 18 da Lei Geral de Telecomunicações, que dá ao presidente da República a prerrogativa de limitar a presença de capital estrangeiro no setor.

Em meio às solicitações dos mem-

bros da OMC para que o país abra seu mercado existem algumas menções curiosas. A Suíça, por exemplo, quer ter o direito de lançar ônibus espaciais para transporte de cargas ou de passageiros a partir do Brasil. Já a Polônia pede a abertura dos serviços médicos.

As Ilhas Maurício, um arquipélago de 1,2 milhão de habitantes, fez pedido para a liberalização do movimento temporário de seus profissionais no Brasil. E o Panamá, que tem um PIB de US\$ 10 bilhões, pede o fim das restrições para os serviços financeiros. Não é para menos: o país centro-americano, dono da ligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico, tem mais de 50 instituições.